

ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE UMA TRANSFORMAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA REALIDADE

Bruna Jullyeti Viana de Jesus¹

Resumo em português: O trabalho a seguir pretende traçar uma linha temporal de como foi entendida a alfabetização na história humana, suas várias interpretações, métodos, discursos que rodeiam esse processo. Almeja-se levar o leitor a refletir sobre como poderíamos ter um processo de alfabetização que funcione para os interesses da classe trabalhadora e que não saia da realidade material da escola pública. Enfim, demonstrar ao leitor um método de alfabetização baseado na Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural e como fazer com que isso se materialize.

Palavras-chave: Alfabetização. Revolucionária. Educação.

Introdução

Observando a realidade em sala de aula e em outros ambientes escolares, é que isto não se concretiza, devido a práticas e conteúdo que são autoritários, sem embasamento teórico e que não proporcionam a discussão entre os educandos.

Em uma corrente psicologizada de educação, a escola tem o papel de moldar os comportamentos do indivíduo (behaviorismo), de favorecer que o indivíduo alcance a estabilidade emocional e até mesmo a visão freudiana sobre a escola em que o papel é regulamentar as pulsões sexuais dos indivíduos (MILLOT, 1995), estão presentes da escola, se afastando do real objetivo do ensino escolar, mas o próprio Freud reconheceu que a escola não tem o suporte necessário para isso, uma vez que os profissionais deveriam ter uma formação em psicanálise.

A escola nem sempre foi como a conhecemos. No início, com a chegada dos jesuítas ao Brasil, foi criada a escola de primeiras letras, em que era ensinado o alfabeto e boas normas de comportamento, segundo Cavalcante. Depois foram criados os colégios para os filhos dos colonos que ensinavam o alfabeto e assuntos como retórica, direito e gramática. A escola foi perpassada pelas mais variadas correntes pedagógicas, que tem diferentes concepções do que é o espaço escola e de seus objetivos, como na perspectiva da corrente pedagógica escolanovista

¹ Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Email: brunajullyeti@gmail.com



em que a criança é centro de todo o processo e em que se torna totalmente responsável por seu processo de aprendizagem e que o conhecimento é utilitarista, pois segue os interesses e demandas das crianças.

As perspectivas de uma nova escola favoreceram uma nova postura de como tratar as crianças, metodologias sem correção física e abuso por parte dos docentes. O problema é que com a centralidade na criança, por mais que ela só aprenda se quiser, se tiver interesse, retirou o foco de qual deve ser o papel da escola que é o de transmitir o conhecimento acumulado e sistematizado pela humanidade, ou seja, retirou a centralidade dos conteúdos, o que é de suma importância especialmente para a classe trabalhadora que está na escola pública e é o único local que pode ter acesso a esse tipo de conhecimento de forma garantida e intencional.

O problema da escola tradicional não era em si os conteúdos e sim suas metodologias de origem jesuítica que se utilizavam de agressões físicas, por mais que na formação de professores da *Ratio Studiorum*, segundo Corrêa et.al (2013), a recomendação fosse que os professores não dissessem palavras agressivas ou que agredissem fisicamente os alunos.

O que resulta dessa falta de transmissão do conhecimento é o fracasso escolar, como é apresentado por INEP *apud* Forgiarini; Silva, de uma grande distorção idade e série e repetência do ano letivo. Não significa que a fonte do fracasso escolar seja apenas essa, mas sim que se trata de um pilar para essa estatística.

Wisz; Teberosky; Rivero (2002) afirmam, sobre a questão do fracasso escolar, que com o fim da prova de admissão para os anos finais do ensino fundamental garantiu o ingresso, mas não a progressão e permanência. Politicamente isso foi tentado ser resolvido com o programa Bolsa-Escola, que garantia a permanência na escola. Com essa preocupação com os repetentes, a partir da década de 1960, buscava-se no aluno a culpa, como por exemplo a fome, de tal fato e suas famílias.

Com o escolanovismo, por ser uma corrente psicologizadora da escola, o problema do fracasso escolar não eram as condições materiais e históricas que o determinavam e sim os desvios psíquicos do indivíduo. Claro que questões psicológicas influenciam na aprendizagem, mas não apenas isso, é preciso haver uma visão crítica e histórica para compreender que o fracasso se institui primeiramente por uma dificuldade do acesso à escola, metodologias e materiais não adequados e o próprio conteúdo.

A partir da década de 1970, com as ideias de Bourdieu e Passeron, a escola passa ser vista como um lugar de reprodução da lógica burguesa, não sendo possível a transposição da



escola, o que a caracteriza como um lugar inadequado para o público, que são os filhos de trabalhadores, ou seja, há uma corrente com um pensamento que responsabiliza as condições sociais e materiais dos educandos e posteriormente foram inseridas as ideias de Gramsci e Snyders, com a problemática de transformar a escola pública em um espaço de interesse para a classe trabalhadora.

Pensando então nas questões em que a escola está submersa, do fracasso escolar provocado, pensamos em como a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), nos dá a autonomia para superar a rigidez da escola tradicional jesuítica e a da falta de centralidade dos conteúdos das pedagogias novas, para que a escola possa cumprir o seu papel de disseminar o conhecimento científico e conseguirmos efetivamente uma transformação de pensamento e consequentemente, material, da sociedade capitalista imposta, em uma sociedade justa.

Vimos a importância de falar de uma perspectiva de alfabetização revolucionária, baseada na Pedagogia Histórico-crítica (PHC), propulsada por Demerval Saviani, principalmente por ser pouco discutida na academia comparando, por exemplo, ao construtivismo e ideias de letramento, em que há até mesmo disciplinas específicas. Por ser uma teoria ainda recente, a PHC, (data da década de 1980) e pela atual conjuntura de uma exaltação a ignorância e repúdio geral à temas reflexivos e culto à desinformação, também de sua pouca divulgação e discussão na graduação de Pedagogia.

Chamou-me a atenção esse tema, além de sua pouca divulgação, a proposta de que não precisamos, necessariamente, “reinventar a roda”, começar do zero com a criança, poupamos esse tempo para tratar das atualidades científicas e do que realmente é essencial, aquilo que permanece com o tempo, ao mesmo tempo em que incorpora a relação mais humanizada proposta pelo movimento da Escola nova.

O objetivo desse trabalho é entender como foi ensinado, os rudimentos da alfabetização, historicamente, entender suas contradições, pontos positivos e negativos de algumas correntes principais na alfabetização, como a PHC e psicologia histórico-cultural compreendem a alfabetização e como podem contribuir para uma prática alfabetizadora que realmente possa elevar o pensamento para uma transformação social radical e profunda.

Nos detivemos em fazer uma revisão literária do tema em artigos, textos publicados e livros, principalmente sem seu formato digital, principalmente, das plataformas do Scielo, Capes e Google Acadêmico. Isto, segundo Severino (2007), se trata de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa bibliográfica, que Severino (2007, p. 124) conceitua como

“aquela que se realiza através do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc.”

Não nos limitamos à um grupo específico de autores, de acordo com suas definições teóricas, pois compreendemos, assim como Ciurana; Morin; Motta (2003), as teorias não necessariamente se excluem, elas coexistem e se complementam.

Antecedentes históricos do processo de alfabetização

Segundo Mendonça (2011), na Antiguidade, na Europa, foi criado o método de soletração, que consistia em decorar as letras do alfabeto em sequência e depois fora de ordem, depois de memorizado, era apresentado a representação simbólica das letras e depois as combinações sonoras, como $b + a = ba$. A partir do século XVI, Pascal e Ickelsamer pensam em novas metodologias de alfabetização, uma soletração que se dá por meio dos fonemas que são emitidos, separadamente, basicamente, o som isolado de cada letra.

No Brasil, em 1549, com a chegada dos jesuítas, que catequisavam os indígenas e a certa altura, quando se perdeu a importância, criou-se então dois tipos de escola: a escola para aprender a ler e escrever, que eram ensinadas “boas maneiras” e leitura e escrita básica, e a destinada aos colonos e então o nome de colégio, ensinada a técnica de leitura e escrita, mas também moral, filosofia e línguas clássicas, como afirma Cavalcante.

Os jesuítas criaram centros de formação, como de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Olinda, ou educavam em suas residências, de acordo com Olinda (2003).

No ano de 1753, mais de 200 anos depois de sua chegada ao Brasil, os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal e com isso houve uma desestruturação da educação brasileira, ficando sobre a responsabilidade do estado que implementou as escolas régias, mas a sua manutenção dependia de contribuições religiosas e voluntárias, mesmo com o imposto criado chamado de “subsídio literário”, para subsidiar a educação, chamada na época de primária. Depois com a queda de Pombal, o imposto não era suficiente para manter as escolas, de forma que só passou haver colégios nas principais cidades e vilas e com isso professores ficaram sem receber por meses e até anos.

No século XVIII, Vallange, cria o método fônico, associando os fonemas a imagens, para reforçar a sonoridade do fonema. O problema do método fônico está na artificialização da fala e escrita, já que é quase impossível produzir um som sem que sejam utilizados outros fonemas, e neste ponto cabe a crítica de que o método fônico não é uma metodologia que estimula a criticidade no educando. Mesmo com essa crítica, atualmente, alguns nomes têm reacendido a chama do método fônico como uma possível recuperação dos danos causados pelo escolanovismo em sua desmetodologização do ensino da alfabetização.

Entre o período do final do século XVIII e início do XIX, foram criadas escolas de primeiras letras e escolas secundárias de arte e ofício, por parte de D. João I, mas, mesmo assim o processo de ensino-aprendizagem era muito exclusivo, e ainda é, pois poucas pessoas eram alfabetizadas e as que eram, eram majoritariamente brancas.

No final do século XIX há uma nova perspectiva, não hegemônica, de como alfabetizar, conhecido como “método João de Deus” ou analítico, em que se ensinava primeiramente o todo, depois os sons, com variações do que seria considerado esse todo, podendo ser a palavra, sentença ou história (sendo esse o global). Há críticas à esse método, como nos traz Scliar-Cabral (2013), afirmando que compreendemos por meio das segmentações fonêmicas e a memória lexical, com as unidades, que são os fonemas, que são portadoras de significado, ”a arquitetura geral do sistema visual é estreitamente limitada e reproduzível, mas o detalhe das respostas de cada neurônio depende de cenas visuais que o organismo encontrou previamente” (2013, p. 08), isto significa que podemos compreender superficialmente as palavras no método global, mas a real compreensão só acontece quando encontramos as unidades particulares que as compõe, no caso os fonemas.

Nos séculos XV e XVI, de acordo com Cagliari (1998), com o uso da imprensa, se pensava mais nos leitores, fazendo com que as obras literárias, antes coletivas, se tornassem individuais e assim a alfabetização ganha uma grande dimensão, fazendo nascer então o que podemos chamar de “primeiras cartilhas”.

O uso das cartilhas tem um uso mais elaborado a partir do século XIX, com ideia de expansão do ensino, com um ensino sistematizado, com o uso das cartilhas, também comum as cartas de ABC (MORTATTI, 2000), materiais esses que primeiramente foram produzidos por professores do Rio de Janeiro e São Paulo de acordo com suas próprias experiências. Essas cartilhas continham o método de alfabetização sintético, inicialmente, partindo do que era considerado mais simples, a partir das vogais e consoantes, sílabas, palavras e formações de

frases muitas vezes sem um sentido real, exemplo: Eva viu a uva. Utilizando-se da correspondência artificial grafema-fonema, muitas vezes, criando uma fala fora da realidade em sala de aula, com o intuito de facilitar o aprendizado do aluno.

Sobre isso também podemos pensar sobre como a cartilha está apoiada na ideia de uma didática magna, como afirma Comenius (2001) em que a ideia da educação é de ensinar tudo a todos, desde que a pessoa tenha capacidade física e cognitiva, sendo esse “tudo”, “[...] os fundamentos, as razões, e os objetivos de todas as coisas principais, das que existem na natureza, como das que se fabricam [...]” (2001, p. 135). Uma forma de garantir que qualquer pessoa possa ensinar é o uso do livro, um método universal de ensino, bastando apenas que o professor aplique as lições, com isso, garantindo a universalização do ensino sem grandes investimentos na formação de professores.

Desde o século XIX, o método fônico, com alguns princípios baseados na psicologia cognitiva, que é um método sintético, já era conhecido no Brasil, que partem das unidades menores, como as letras, para as maiores, como sílabas e formação de palavras, segundo Sebra e Dias (2011) e que não precisam de uma contextualização, segundo Mortatti, houveram muitas críticas à esse modelo de alfabetização por parte dos que defendiam os métodos analíticos, pois afirmavam que o sintético impedia a criança de conhecer o real sentido.

Em meados do século XVII o método analítico é bastante difundido, como o global, ou ideovisual setencição e palavração, de acordo com Sebra e Dias (2011), parte do oposto do sintético. Ele inicia pelas unidades de sentido como palavras, frases e até textos, trabalhando com o reconhecimento visual das palavras.

Gerando assim uma querela de métodos quem não leva em consideração a aquisição das técnicas de leitura e escrita e sim em uma hegemonia política com fins lucrativos por parte de editoras e instituições de fomento.

Na disputa entre método sintético e analítico, com resistência do professorado ao método analítico, considerando que eram mais demorados os resultados, as cartilhas, no século XX, eram produzidas usando analítico e sintético ao mesmo tempo, não havendo mais preponderância de um método ou outro, mas mistos.

Na década de 1960, um educador mundo a fora conhecido, propôs um método de alfabetização diferente, que contemplasse os objetivos da classe trabalhadora, o nome é Paulo Freire, atualmente chamado de método Sociolinguístico, ou método da palavra geradora.



Com a experiência de 40 horas em Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, com um novo método de alfabetização, em que a partir de palavras geradoras, que seriam elementos do cotidiano dos trabalhadores, ex: enxada, separar por sílabas e formar novas palavras que também estivessem integradas com o cotidiano. Mesmo que a experiência tenha sido com jovens e adultos, nada impede que esse método seja aplicado com crianças e não é incomum, nas visitas as turmas de alfabetização, encontrar recursos como o quadro gerador de palavras de Freire.

Não pudemos ver mais a fundo as consequências e possibilidades do método de alfabetização freiriano, já que com o Golpe Militar de 1964, muitos pensadores e artistas foram exilados do Brasil, incluindo Paulo Freire, que escreveu muitos de seus livros no exterior.

Com o advento das teorias de psicologização da alfabetização, tratadas por esse nome por entenderem a educação por um viés de foco nas dificuldades psicológicas de cada indivíduo, como cita Sargiani (2013), como a agressividade verbal ou física pelo não entendimento das instruções dadas pelos docentes. Ideias como o construtivismo, de Ferreiro e Teberosky, embasadas no pensamento piagetiano e uma má interpretação da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, tiveram repercussão a partir da década de 1950, mas ganhando ênfase na década de 1980, fundamentando a prática educacional em correntes psicológicas, como associacionista, gestaltista, psiconeurológica e psicogenética (caso do Construtivismo), segundo Cavalcante (2000). O prejuízo em relação à isso, segundo a autora, é que a prática pedagógica é mais do que a aplicação de conceitos psicológicos, é através do ensino sistematizado do conhecimento historicamente construído pela humanidade que a criança se desenvolve e psicologia é apenas um suporte para entender o sujeito com que se trabalha.

As cartilhas aos poucos foram sendo deixadas de lado com o advento da psicologização da educação, mas não extinguiu a presença das cartilhas na escola para o processo de alfabetização.

Com a explanação do pensamento de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, baseadas nas ideias de Piaget, a partir da década de 1970, segundo Andrade, Andrade, Prado (2017), entendia-se o processo de alfabetização em 4 momentos: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético, de acordo com Mendonça, Mendonça (2011), que buscava superar a mecanicidade e falta de articulação com a realidade das cartilhas, considerando primeiramente as hipóteses que os educandos já tinham sobre a leitura e escrita, que acabou gerando uma certa confusão na metodologia dos professores, que não mais utilizavam as cartilhas, mas usavam o

mesmo método, como a exemplo o estado de São Paulo, pois antes havia uma técnica sem teoria, mas então foi substituída por uma teoria sem método de ensino, como por exemplo a abolição de ensinar o rudimento da alfabetização que é codificar e decodificar e o ensino da silabação e vemos isso como uma grande prejuízo à educação brasileira.

Neste momento histórico, o ensino da leitura e escrita permite mais liberdade para criança, deixando que ela desenvolva suas regularidades gramaticais, de acordo com a psicolinguística de Chomsky, de forma que ela construa uma relação direta com o objeto, até mesmo porque a ideia do construtivismo que é a criança se alfabetiza, assim, o professor tem que permitir que ela, sozinha, descubra as hipóteses e avance para o próximo nível e a exemplo disso temos a fala de Weisz (1988), Silva, Silva (2020) em que o construtivismo rompe a questão de que o foco deve ser o ensino e sim a aprendizagem, já que na perspectiva do construtivismo a criança é um ser ativo e não apenas passivo como na escola tradicional e que tenta compreender o mundo, antes mesmo de iniciar o período escolar.

De acordo com Diogo e Gorette (2011), Soares traz a distinção entre o processo de alfabetizar e o de letrar, embora, muitas vezes, sejam tidos como semelhantes, já que em países mais desenvolvidos, passou-se a utilizar mais o termo que traduzimos como “iletramento” do que alfabetização, já que esses países não estavam tentando resolver a questão da alfabetização universal, problema esse que enfrentamos até hoje no Brasil, mas como em meados de 70-80, havia aqui, em nosso país, a discussão sobre alfabetização, ela acabou por se mesclar com o letramento, devido ao mesmo momento histórico, e devido a essas questões Soares (2003), caracteriza esse movimento como desinvenção da alfabetização, já que ela perde suas características. De acordo com Soares (2003), alfabetizar é ensinar a codificar e decodificar o código escrito, o que é uma especialidade das instituições escolares, enquanto letramento ocorre em todos os ambientes que tenham a presença da língua escrita e entender sua função social e que este termo apareceu, em diferentes pontos do globo terrestre ao mesmo tempo, em meados da década de 1970-1980, em que a própria UNESCO propôs avaliar somente se o indivíduo sabia ler e escrever, mas se saberia aplicar a leitura e escrita em seu cotidiano.

Para a autora, os dois processos devem acontecer de forma simultânea, são diferentes, mas indissociáveis para uma prática de leitura e escrita que tenha real função.

Alfabetização: perspectivas no PNA e BNCC



De acordo com o MEC, a história da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, se iniciou em 1988, com a Constituição Federal de 1988, que prevê no artigo 210 a criação de base curricular comum. Em 1996, com a promulgação da Lei 9394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamentou a criação de uma base. No ano de 1997 são levados ao conhecimento público o pai da BNCC, os PCN's, Parâmetros Curriculares Nacionais. Já no ano de 2010, é realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE) que discutiu sobre a importância de se ter uma base comum. Do dia 14 de dezembro de 2011, são criados os DCN's, Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental. Em 2014 é regulamentado o PNE (Plano Nacional de Educação), que possui 20 metas e 4 delas fazem menção à BNCC. Em 2014, há novamente uma reunião da CONAE que elabora um documento com reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular. No ano de 2015 é disponibilizada a primeira versão da Base e em 2016 há uma segunda versão e começa a redação de uma terceira versão e em 2017 é entregue a terceira versão e no ano de 2018 as escolas contribuem com as melhoras da Base.

Devemos frisar que esse processo de construção e implementação da BNCC tem suas lutas, com grupos políticos/ideológicos influenciando com fins lucrativos, como a produção de livros didáticos. Podemos observar então que há uma privatização da educação pública.

Há profissionais que não aceitam a imposição da BNCC por acreditar que o currículo se faz no cotidiano da escola e isso geraria uma submissão e que a BNCC foi implementada sem ouvir as discussões geradas pelas instituições, considerando então que a Base é um documento sem transparência em seu processo e não respeita a opinião da sociedade civil, de acordo com Peroni, Caetano e Arelaro (2019)

Segundo Banzani e Monntagnoli, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), indica que as crianças devem ser alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental, que se caracteriza, segundo a BNCC (2018), conhecer o alfabeto, dominar a técnica de escrita e leitura, sons da língua, consciência fonológica, conhecimento do alfabeto brasileiro e seus diversos formatos (letra de forma, letra cursiva e minúsculas e maiúsculas) e o estabelecimento de relações grafofônicas. São divididos os conteúdos a serem apreendidos em habilidades e competências e também componentes curriculares: história, geografia, arte, educação física, matemática, língua inglesa e língua portuguesa.

De acordo com a fala de Pertuzatti a Dickmann (2019), a BNCC, no que diz respeito à alfabetização, foca na aprendizagem da língua portuguesa, garantindo às comunidades

indígenas o ensino em sua língua materna, e da gramática da língua, não trazendo concepções sobre letramento, apesar de entendermos que alfabetização e letramento são indissociáveis.

De acordo com o MEC, a Política Nacional de Educação (PNA) foi criada em 11 de abril de 2019, pelo então presidente, Jair Messias Bolsonaro, com o objetivo de sanar a questão do analfabetismo funcional e absoluto e melhorar a qualidade do processo de alfabetização no Brasil, por meio do decreto 9765.

A Política Nacional de Educação (PNA) define a alfabetização de forma similar a BNCC, como “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p. 18), embora também utilize o termo literacia, que vem do inglês “literacy”, que contempla escritas ideográficas, como na China e Japão. Então, literacia significa saber codificar e decodificar o sistema de escrita. As competências segundo o PNA (2019, p. 32), para o processo de alfabetização são: “consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário e a compreensão de textos”.

Essa redução do que é ser alfabetizado, sem pensar nos usos sociais e desenvolvimento do pensamento crítico, retornando ao método fônico, envolvem o pensamento de Capovilla e Capovilla (2007), em que relata que o construtivismo retirou a sistematização do processo de alfabetização, o que nós concordamos, mas baseados em pesquisas de suposto sucesso em outros países, vê como forma de salvação da educação o retorno do método fônico, com apresentação de estudos que afirmam que a forma mais eficiente e verídica de aprendermos as relações de grafemas e fonemas é por esse método, pois supostamente, de acordo com estudos científicos, a apresentação de fonemas tradicional, $b+a=ba$, é a menor unidade de entendimento para o nosso cérebro e somente assim poderemos de fato alfabetizar, ou seja, não é mais o método fônico do passado, mas com uma nova roupagem e com o que se considera ser evidências científicas de aprovação do método fônico para a alfabetização.

O método de alfabetização fonético é considerado sintético pois começa de uma unidade, que no caso são a junção de consoantes e vogais, de acordo com Santos, Freitas (2020), parte de partes consideradas mais simples para mais complexas, consideramos como um ponto negativo desse método a questão da consciência fonológica, já que as letras, muitas vezes apresentam mais de um, como a letra “x”, o que faz com que a criança tenha que internalizar regras linguísticas sem que sejam necessariamente explicadas. O que consideramos um ponto positivo é que devido aos baixos investimentos na educação brasileira, o método fônico se apresenta com maior eficácia e não precisa, necessariamente, de muitos insumos.

Pensamos que deve haver uma superação do construtivismo, como da escola tradicional, embasados na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, que veremos mais adiante.

Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural: o que são e suas perspectivas de alfabetização

Ela aparece, a Pedagogia Histórico-crítica, no cenário histórico como uma forma de reação à pedagogia dominante no final da década de 1970. Com a teoria crítica-reprodutivista, de Bourdieu e Passeron, se explicava o processo educacional, sempre como uma forma de inculcar a ideologia burguesa e não tem como ser superada, então se não se pode sair desse ciclo, a única forma de não contribuir para a perpetuação da lógica burguesa seria abandonar a função de docente. A PHC (Pedagogia Histórico-crítica), traz ainda a questão da criticidade que continha na reprodutivista, mas oferece a superação do obstáculo, se apropriando da escola como forma de que os conhecimentos sirvam ao interesse do proletariado.

Devemos também apresentar o porquê desse nome. Foi solicitado à Saviani pelos educandos, uma disciplina com a pedagogia revolucionária, mas esse nome poderia causar um impacto negativo para a implementação da disciplina e havia outros trabalhos que tinham a dialética em sua composição, mas não se caracterizavam como marxistas. Havia também uma dificuldade em discernir as teorias crítico-reprodutivistas da dialética e a dialética apresentava um sentido idealista, então no ano de 1977, Saviani (SAVIANI, 2011), cunhou o nome de histórico-crítica, pois visa compreender as transformações sociais que ocorrem por meio da escola e na escola, sem perder de vista o caráter histórico que não tinha da teoria crítico-reprodutivista.

A PHC está fortemente embasada nas concepções marxistas, pois se trata de uma dialética, não idealista, mas de real movimento. Segundo Saviani (2011, p. 120), a PHC:

trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo.

Filosoficamente, se ampara em Sanchez Vasquez, com a sua definição de práxis, em que a teoria só é válida se posta em prática e a prática deve ter um embasamento teórico, tornando assim, indissociáveis.



O objetivo da escola na perspectiva da PHC é proporcionar ao educando, que na escola pública, geralmente são os filhos da classe trabalhadora, o acesso ao conhecimento acumulado e sistematizado pela humanidade, ou seja, o conhecimento clássico, que não se confunde com o tradicional, nem se opõe a ele, ou ao moderno e atual, já que o clássico é conceituado por Saviani (2011) como “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial”, (p. 13) para que ele possa se apropriar e desenvolver novas funções cognitivas e assim o poder de transformação da sociedade, sabendo que a educação é um fenômeno essencialmente humano (SAVIANI, 2011), e apenas nos humanizamos por meio da educação.

O papel do professor é fundamental, como afirma Marsiglia e Saviani (2017), o professor não é o mediador desse conhecimento e sim o que possui, sendo assim é o professor que além de ter o conhecimento, deve saber como realizar o ensino. Damos enfoque a essa questão, pois no pensamento escolanovista, o centro se desloca para o aluno e então o professor deve se organizar de modo a “agrupar os alunos segundo as áreas de interesses decorrentes de suas atividades livre. O professor agiria como um estimulador e orientador da aprendizagem cuja iniciativa principal caberia aos próprios alunos” (SAVIANI, 2012, p. 09). Não queremos dizer com isso que a criança deva ser tratada como uma tábula rasa, que imponhamos, mas também não podemos que a educação seja tão espontaneísta, a ponto de perder suas especificidades, como sendo uma ação intencional.

A PHC então compreende o processo de alfabetização, como um marco, já que é com apropriação desses rudimentos que a criança irá se apoderar dos conhecimentos clássicos das áreas, logo assim, podendo ela mesma ler e compreender sobre o processo de revolução social.

De acordo com Coelho (2016, p. 88), para a psicologia histórico-cultural, que tem como seu precursor Vygotsky, a linguagem escrita se trata de um “suporte da experiência humana acumulada, a escrita e a leitura instituem-se como processos culturais complexos e demandam a transmissão-assimilação da atividade humana condensada em tais processos para as gerações sucessoras”, isso também significa que a linguagem não é somente comunicação, mas uma forma de organizar a realidade e a consciência humana, permitindo que saia do sensível, concreto, para as representações e abstração.

Compreendemos que o processo de alfabetização que não é uma simples correspondência entre grafema e fonema, nem desenho das letras, por mais que essas questões sejam importantes, mas que se caracteriza pela formação de signo, como afirma Marsiglia e Saviani (2017), o processo de escrita se inicia na oralidade e como afirma Vygotsky (1991) o

desenho é um processo da pré-escrita. A criança representa no desenho, a priori, situações e objetos concretos, é função do professor fazer com que a criança consiga superar essa escrita pictográfica pela simbólica, fazendo uso das letras do alfabeto.

O processo de signo, não é apenas a representação da fala, de um objeto, é preciso compreender a função social deste fazer generalização. Ao escrever uma palavra que representa um objeto, a sua função social, necessário compreender por que usamos (ex: calçado), que nem sempre usamos, que esse objeto tem diferentes aparências em diferentes culturas e tempos. Se solicitarmos que uma criança represente um calçado, ela tem que ser capaz de desenhar uma sandália de borracha, um tênis, uma bota. Não é a palavra em si, mas o que representa e que todos os exemplos são um tipo de calçado.

Devemos lembrar também do motivo desses exemplos, uma vez que os desenhos inicialmente representam coisas concretas, é que, de forma gradativa, o docente deva solicitar a representação pictográfica de adjetivos e situações mais abstratas e inserção de uma representação simbólica, que é a leitura e escrita.

Nesse percurso de criação de signos, a experimentação é importante, conhecer os objetos não apenas pelos sentidos, mas a criança ao manipular tenha a questão sensorial (cor, forma, temperatura, peso etc) e saber a função social que desempenha aquele objeto, então é importante que o professor, ao proporcionar esses momentos, questione os educandos sobre as características e o uso do mesmo.

Durante o processo de alfabetização, de acordo com a ideia de Vygotsky (1991), de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), contrariando o método de alfabetização construtivista, de que o deve-se aplicar atividades diferentes de acordo com a capacidade que cada aluno já possui de domínio sobre a língua escrita e deixar que os que tem pouco domínio descubram o funcionamento da língua escrita, deve-se observar o que cada um pode fazer com auxílio, ZDP, com uma atividade uniformizada, utilizando-se do trabalho em grupo, em que as crianças se ajudam no processo.

O objetivo do processo de alfabetização é então, segundo Coelho e Mazzeu (2016, p. 2586) “[...] ensino centrado no uso da escrita como instrumento de formação de leitores/autores críticos, a partir da prática histórica e socialmente desenvolvida”.

O que une a psicologia histórico-cultural e a PHC, é que a pedagogia histórico-crítica, tem como seu embasamento a psicologia histórico-cultural, respeitando as limitações de cada indivíduo, mas sem se esquecer que o papel do docente é aumentar ao máximo as



potencialidades do educando, ou seja, deve-se ensinar o conhecimento acumulado e sistematizado pela humanidade, seja científico ou artístico, de forma sequenciada e trabalhando com a ideia de atividades em que o aluno transforme a Zona de Desenvolvimento Proximal, aquilo que consegue fazer com auxílio do professor e/ou de colegas mais avançados, em Zona de Desenvolvimento Real, algo que possa desenvolver sozinho, como explicita Saviani, levar o aluno a uma prática social revolucionária.

Considerações e contribuições

Como anteriormente foi dito, as ideias escolanovistas colocam o educando como o centro. Isso teve um impacto negativo, principalmente nas escolas públicas brasileiras. Como a iniciativa principal deve ser do educando, faz-se, mais do que em outras concepções, é necessário um ambiente extremamente estimulante, o que tem um valor financeiro elevado, que não se encaixou na realidade da escola pública brasileira, o que conseqüentemente, causou um afrouxamento no aprendizado, como afirma Saviani (2012), sendo um dos constituintes do fracasso escolar, pois o professor não mais tinha a iniciativa principal para trazer conteúdos e nem havia um ambiente estimulante para que o educando fosse o protagonista, ou seja, o ensino confunde-se com a pesquisa (SAVIANI, 2012, p. 47).

A superação do fracasso escolar, em que as crianças entram e saem da escola sem os rudimentos básicos da leitura e escrita, propomos a adoção de uma metodologia baseada na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural se apropriando do que é essencial na escola tradicional e na escola nova.

Esboçamos uma ideia de alfabetização que corresponda a proposta da PHC, que é fazer com que os conhecimentos acumulados e sistematizados pelas humanidade sejam apropriados e usados a favor da classe trabalhadora, para isso então, não podemos deixar de centralizar na questão da consciência fonológica (COELHO, 2016), deste modo a criança compreende as relações das letras com os sons da fala, em que inicialmente devemos iniciar a apresentação do alfabeto com as 5 vogais e a partir daí apresentar as consoantes, mas isto, não como no método fônico, do clássico ba-be-bi-bo-bu, mas de forma contextualizada e que apresente a realidade de uma língua complexa, por meio uma palavra geradora, se assemelhando às ideias de Paulo

Freire e fazendo a decomposição das mesmas em sílabas e a partir daí, formar novas famílias silábicas e palavras, mas a diferença dessa proposta com o método de alfabetização freiriano é a origem dessa palavra, e então entra a contribuição da escola nova, que enfatiza o letramento, a palavra vem de um texto intencionalmente escolhido, que pode ser uma clássica infantil ou até mesmo uma matéria jornalística impressa, para que assim a palavra tenha um real significado para a criança e depois o nome da própria criança.

É importante ressaltarmos que a repetição faz parte do processo de alfabetização, como afirma Saviani (2011), que para podermos automatizar, transformar em segunda natureza uma atividade, temos que repeti-la, até incorporar, a questão é de que forma será feita essa repetição: podemos apresentar músicas, novos textos, artes plásticas, que reforcem o tema, palavra que estamos trabalhando.

Isto significa que da perspectiva da PHC se apropriar do conhecimento clássico, que a classe dominante quer reter, pois como afirma Saviani que (2012, p. 55), “o dominado não se liberta enquanto não dominar aquilo que os dominantes dominam.”, pois conseguem compreender a realidade que lhes é imposta e poder reivindicar seus interesses futuramente.

Referências

- ANDRADE, Paulo Estevão; ANDRADE, Olga Valéria Campana dos Anjos; PRADO, Paulo Sérgio T. do. Psicogênese da língua escrita: Uma análise necessária. **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.166, p.1416-1439, out./dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação**. MEC, Brasília, 2019.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Editora Scipione, 1998.
- CAPOVILLA, Alessandra G. S.; CAPOVILLA, Fernando C. **Alfabetização: Método fônico**. 4ª ed. São Paulo: Editora Mennon, 2007.
- CARVALHO, Diana Carvalho de. **A relação entre psicologia e alfabetização sob a óptica dos professores**. 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CAVALCANTE, Juliana Brito de Araújo. **História da alfabetização no Brasil: Primeiras letras à psicogênese da língua escrita.** Disponível em: <<http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2015/02/HIST%C3%93RIA-DA-ALFABETIZA%C3%87%C3%83O-NO-BRASIL-DO-ENSINO-DAS-PRIMEIRAS-LETRAS-%C3%80-PSICOG%C3%80-ANESE-DA-L%C3%80NGUA-ESCRIT.pdf>>. Acesso em: jul. 2020.

CIURANA, Emilio-Roger; MORIN, Edgar; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar para a era planetária: O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana.** São Paulo: Cortez Editora, 2003.

COELHO, Izac Trindade. **Pedagogia histórico-crítica e alfabetização: elementos para uma perspectiva histórico-crítica no ensino da leitura e da escrita.** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, p. 117, 2016.

COELHO, Izac Trindade; MAZZEU, Francisco José Carvalho. Notas introdutórias para um método histórico-crítico de alfabetização. **RIAEE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 4, p. 2576-2593, 2016.

COMENIUS, Iohanni Amos. **Didática magna.** Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; MARTINS, Pura Lúcia Oliver; TORRA, Carlos Henrique Martins. A pedagogia da essência e as bases epistemológicas da formação do professor no Ratio Studiorum. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 13, núm. 40, set. – dez., 2013, pp. 1083-1102. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, Brasil.

DIOGO, Emilli Moreira; GORETTE, Milena da Silva. **Letramento e alfabetização: Uma prática pedagógica de qualidade.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, X., 2011, Curitiba, Seminário.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini; SILVA, João Carlos da. **Escola pública: Fracasso escolar numa perspectiva histórica.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>>. Acesso em: jun. 2020.

GONÇALVES, Islayne Barbosa de Sá. O processo de alfabetização do 1º ciclo do Ensino Fundamental: Concepções e práticas. **Revista Científica da FASETE**, n. 1, p. 53 – 67, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **EccoS Rev. Cient.**, UNINOVE, São Paulo, n. 2, v. 4, 79-88.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; SAVIANI, Demerval. Prática pedagógica alfabetizadora a luz da psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 3-13, jan./mar. 2017.



MENDONÇA, Onaide Schwartz; MENDONÇA, Olympio Correa de. **Psicogênese da Língua Escrita**: contribuições, equívocos e consequências para a alfabetização. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores: Bloco 02: Didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 2. p. 36-57. (D16 - Conteúdo e Didática de Alfabetização).

MILLOT, Catherine. **Freud antipedagogo**. [s.l.] J. Zahar, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Data marca o compromisso de 164 países com o desenvolvimento**. Disponível em: <[MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Histórico da BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: nov. 2020.](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51411-politica-nacional-de-alfabetizacao#:~:text=Celebrada%20h%C3%A1%2019%20anos%2C%20a,Nacional%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20(PNA)>. Acesso em: nov. 2020.</p></div><div data-bbox=)

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil**: contribuições para metodizar o debate. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11509/13277>. Acesso em: nov. 2020.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: maio 2020.

OLINDA, Silvia Rita Magalhães de. A educação no Brasil no período colonial: Olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 29, p. 153-162, jul./dez. 2003.

PERONI, Vera Marial Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **RBPAAE**, v. 35, n. 1, p. 035 - 056, jan./abr. 2019.

PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular. Ensaio: aval. pol. públ. **Educ.** vol.27 n. 105, Rio de Janeiro Out./Dez. 2019.

SANTOS, Gabriella Tocchio dos; FREITAS, Maria Cecília Martínez Amaro. **Alfabetizando através do método** fônico. VIII Mostra Científica do Curso de Pedagogia, UniEvangélica, jun. 2020.

SARGIANI, Renan. Por que os psicólogos estudam a alfabetização? **Psicologia Explica**, 2013. Disponível em: <<https://www.psicologiaexplica.com.br/por-que-psicologos-estudam-a-alfabetizacao/>>. Acesso em: nov. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11^a ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2012.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. A desmistificação do método global. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 6-11, jan./mar. 2013.

SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: Delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Rev. Psicopedag**, vol.28, n.87, São Paulo, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, Fabrícia Mariano da; SILVA, Andreia Cristina da. A psicogênese da língua escrita: uma análise de suas contribuições ao processo de alfabetização. **REEDUC**, UEG, v. 6, n. 1, jan/jun 2020.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: Reunião anual da ANPED, XXVI., Poços de Caldas, MG, 05 à 08 out. 2003.

WEISZ, Telma; TEBEROSKY, Ana; RIVERO, José. Alfabetização no contexto das políticas públicas. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação**: Formação de professores, v.1, Brasília, 2002.

WEISZ, Telma. As contribuições da psicogênese da língua escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa de alfabetização. In: Ciclo básico em jornada única: uma nova concepção de trabalho pedagógico, São Paulo, FDE, 1988.